

EFEITOS DA TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UM ENSAIO SOBRE A QUEDA NA TAXA BRUTA DE NATALIDADE E NA TAXA DE FECUNDIDADE GERAL DO RIO DE JANEIRO¹

Laura de Oliveira Hello²

RESUMO

É evidente que, ao longo de gerações, notam-se mudanças substanciais na estrutura e composição familiar brasileira. Essas mudanças se devem a diversos fatores de característica social, econômica e cultural. A composição das famílias se altera ao longo das décadas e suas modificações trazem cada vez mais a percepção de serem exponencialmente mais rápidas. Um aspecto dessa mudança que se torna cada vez mais evidente é a redução no número de filhos. O principal ponto de destaque da presente exposição, alinhada à área de estudos de gênero e demografia, será a análise das motivações sociais, econômicas e culturais por trás deste fenômeno, através da exposição de referenciais teóricos abordados na disciplina de Estudos de População e encontrados em pesquisas paralelas a respeito da modificação do papel social da mulher na sociedade brasileira; também, serão analisados dados que atestam a diminuição da Taxa Bruta de Natalidade (TBN) e da Taxa de Fecundidade Geral (TFG) da Unidade Federativa do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Demografia; Gênero; Natalidade; Fecundidade.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio visa evidenciar causas e influências no fenômeno demográfico da redução do número de filhos. Também, analisar qual foi o grau desta diminuição, visualizando dados estatísticos retirados da plataforma DATASUS como a Taxa Bruta de Natalidade e a Taxa de Fecundidade Geral. Em especial, destaca-se para o presente estudo a Unidade Federativa do Rio de Janeiro, no recorte temporal de 2000 a 2010.

A temática abordada neste ensaio traz sua relevância por tratar-se de um grande impacto na composição populacional brasileira e, conseqüentemente, no planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas públicas relacionadas à área da saúde, educação e maternidade.

¹ Trabalho aceito para apresentação oral na I Semana da Demografia da Universidade Estadual de Campinas, evento que ocorreu entre os dias 24 e 27 de outubro de 2022.

² Graduanda em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP. E-mail: lauradhello@gmail.com

MÉTODOS

Serão analisados comparativamente dados estatísticos presentes na plataforma TabNet do DATASUS, em específico, a Taxa Bruta de Natalidade (TBN) e a Taxa de Fecundidade Geral (TFG) da Unidade Federativa do Rio de Janeiro nos anos de 2000 e 2010.

A INFLUÊNCIA DE MUDANÇAS SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICAS

É evidente que a sociedade brasileira se organiza em pilares patriarcais que remontam ao período colonial (SCOTT, 2017, p. 16). Este patriarcalismo não exclui a esfera econômica: A educação das mulheres era voltada em sua totalidade para torná-las “afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa”, de acordo com o decreto lei 3.200, de 19 de abril de 1941. As mulheres, portanto, eram socializadas desde a infância para cumprir o papel de mães e mantenedoras do lar, tendo o casamento como sua única possibilidade de “carreira” (SAFFIOTI, 1976, p. 45).

A partir de rupturas sociais, econômicas e culturais de caráter global (porém, centralizadas principalmente na esfera urbana), este cenário se modifica ao longo do século XX.

Em 1942 finalmente é consolidada a chamada lei do desquite, que antecedeu a regulamentação do processo de divórcio, possibilidade antes nunca considerada dentro do casamento tradicional. Não surpreendentemente, as mulheres “desquitadas” eram vistas pela sociedade como um todo de forma extremamente pejorativa, recebendo tratamento de "Párias" sociais (SCOTT, 2017, p. 21). Em 1943, um ano depois, outra mudança fundamental na ampliação do papel da mulher na sociedade capitalista: mulheres casadas foram autorizadas judicialmente a trabalhar, sem se fazer necessária a autorização do marido, antes indispensável.

A partir de 1960, diversas outras mudanças disruptivas ocorreram no que tange o papel social feminino previamente construído em sociedade. Contraceptivos baratos e populares foram disponibilizados à população geral, os horizontes e possibilidades educacionais para mulheres se expandiram, os movimentos feministas ganharam maior força na esfera pública brasileira e a lei do divórcio foi efetivamente outorgada.

Diante dos avanços mencionados, notam-se impactos profundos na esfera econômica: quando se comparam diferentes períodos históricos, da segunda metade do século XX à primeira década do século XXI, é evidente o crescimento exponencial do ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro: “em 1973, as mulheres compunham cerca de 30%

da população economicamente ativa, em 2009, sua participação estava praticamente equiparada à dos homens (49,7%)” (SCOTT, 2017, p. 24). A mulher brasileira se torna, agora formalmente, engrenagem essencial do sistema econômico brasileiro. Diante desse novo cenário são perceptíveis os seguintes comportamentos no que tange a maternidade:

As mulheres retardam o nascimento do primeiro filho e espaçam mais os nascimentos dos filhos, reduzindo as taxas de fecundidade. O número de filhos por mulher em idade reprodutiva cai. A composição das configurações familiares se modifica, aumentando os casais sem filhos e as famílias monoparentais (principalmente as chefiadas por mulheres) e diminuindo o tipo de família mais tradicional – aquele constituído pelo casal e os filhos (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010, p. 61).

Esses novos comportamentos sociais ocorrem devido às metamorfoses ideacionais que se concretizam na esfera social, à maior aspiração por parte das mulheres à independência, satisfação profissional e pessoal, e ainda, transformações socioeconômicas que provocam impacto significativo na insegurança econômica de jovens casais (CUNHA; ROSA; VASCONCELOS, 2022).

Por esses motivos, não somente as mulheres adquiriram maior grau de independência social e financeira e começaram a reverter seu papel de subordinação socialmente construído; também postergaram suas maternidades e reduziram seu número de filhos, como é evidenciado em dados recortados da Unidade Federativa do Rio de Janeiro, comparando-se o ano de 2000 com o do ano de 2010. No entanto, é importante destacar que, atualmente, ainda se está longe da real equidade de gênero desejada.

A TAXA BRUTA DE NATALIDADE (TBN)

Em primeiro lugar, demonstra-se a Taxa Bruta de Natalidade (TBN), isto é, o número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente da Unidade Federativa do Rio de Janeiro nos anos de 2000 e 2010:

TABELA 1 – Taxa bruta de natalidade no ano de 2000 na U.F. do Rio de Janeiro

NASCIDOS VIVOS 2000)					
Nascidos vivos	Masculino	Feminino	Ign.	Total	Taxa bruta de natalidade
TOTAL	131.690	126.076	1.352	259.118	17,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

TABELA 2 – Taxa bruta de natalidade no ano de 2010 na U.F. do Rio de Janeiro

NASCIDOS VIVOS (2010)					
Nascidos vivos	Masculino	Feminino	Ign.	Total	Taxa bruta de natalidade
TOTAL	110.269	104.944	49	215.262	13,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

Percebe-se a queda de aproximadamente 25% na Taxa Bruta de Natalidade (TBN) no ano de 2010.

Considerando o território brasileiro como um todo, destacam-se os seguintes dados a respeito da Taxa Bruta de Natalidade:

Taxa bruta e taxa padronizada de natalidade, por ano, segundo regiões
Brasil, 1991, 1995, 2000 e 2004

Região	1991	1995	2000		2004	
	Bruta	Bruta	Bruta	Padronizada	Bruta	Padronizada
Brasil	23,39	21,97	21,06	20,94	18,17	18,11
Norte	31,93	30,14	28,63	28,15	23,62	22,75
Nordeste	26,81	25,13	24,29	24,23	21,66	21,26
Sudeste	20,23	19,20	18,71	18,52	15,87	15,84
Sul	21,49	19,77	17,96	18,41	14,83	15,61
Centro-Oeste	24,38	22,34	20,70	19,22	19,16	17,95

Fonte: Estimativa: IBGE/Projeções demográficas preliminares. Dados Diretos: MS/SVS/Sistema de Informações sobre nascidos vivos.

A TAXA DE FECUNDIDADE GERAL (TFG)

Também é relevante ressaltar a Taxa de Fecundidade Geral (TFG), isto é, o número médio de filhos nascidos vivos por mulher ao fim do seu período reprodutivo, na população residente na Unidade Federativa do Rio de Janeiro nos anos de 2000 e 2010:

TABELA 3 – Taxa de fecundidade geral no ano de 2000 na U.F. do Rio de Janeiro

Número de nascidos vivos (2000)	Masculino	Feminino	Ign.	Total
TOTAL	131.690	126.076	1.352	259.118
			Taxa de fecundidade geral (2000)	
População feminina dentro do período reprodutivo (2000)	4.095.542		0,06	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

TABELA 4 – Taxa de fecundidade geral no ano de 2010 na U.F. do Rio de Janeiro

NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS (2010)	MASCULINO	FEMININO	IGN.	TOTAL
TOTAL	110.269	104.944	49	215.262
			Taxa de fecundidade geral (2010)	
População feminina dentro do período reprodutivo (2010)	4.482.651		0,04	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

Percebe-se a queda de aproximadamente 33% na Taxa de Fecundidade Geral (TFG) no ano de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível perceber a diminuição considerável da Taxa Bruta de Natalidade (TBN) e da Taxa de Fecundidade Geral (TFG). Essa modificação, conforme demonstrado na primeira parte do ensaio, ocorreu devido às mudanças sociais econômicas e culturais previamente apresentadas. Nota-se grande impacto dessa transformação na composição populacional brasileira e, por conseguinte, no planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas públicas.

É evidente que, no ano de 2022, a mulher tem um papel social na sociedade brasileira muito mais amplo do que na década de 40. Seu horizonte se expandiu consideravelmente. No entanto, é importante salientar que ainda há um longo caminho a ser percorrido. A visão da sociedade em relação ao papel da maternidade para as mulheres ainda permanece impositiva e patriarcal, em pleno século XXI. Mulheres que não desejam ser mães são constantemente questionadas. Mulheres que são mães e também se dedicam às suas carreiras são julgadas pela sociedade por não abdicarem de seu futuro profissional em detrimento dos filhos. Mulheres que são mães “muito cedo” são mal vistas, mulheres que são mães “muito tarde”, também. Ainda, há grande preconceito com mulheres que são mães solo e mulheres que legalmente escolhem entregar seus filhos para adoção. O direito ao aborto seguro, também, ainda é tema de grande debate no Brasil, evidenciando que a mulher brasileira não tem, verdadeiramente, um poder de escolha sobre seu próprio corpo, este ainda sendo visto como destinado única e exclusivamente à maternidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores socioeconômicos. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores e dados básicos – Brasil – 2005**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2005/matriz.htm>. Acesso em: 07 ago. 2010.

CUNHA, M. S.; ROSA, A. M. P.; VASCONCELOS, M. R. Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 39, p. 1-24, 2022. DOI: 10.20947/S0102-3098a0187. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1857>. Acesso em: 26 jun. 2022.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, 2010.

PRATA, P. R. A transição epidemiológica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 168-175, 1992.

SAFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SCOTT, A. S. V. Família. PINSKY, J. (org.). **O Brasil no contexto (1987-2017)**. São Paulo, SP: Contexto, 2017. p. 89-109.